



Universidade e comunicação na pandemia: percepções sobre a importância de uma política de comunicação pública¹

Elen GERALDES²
Helen LOPES³
Gisele Pimenta de OLIVEIRA⁴

Universidade de Brasília, Distrito Federal

RESUMO

Neste artigo, faremos apontamentos sobre a importância de as universidades públicas traçarem suas políticas de comunicação, a fim de planejar, organizar e atender às demandas sociais. O texto divide-se em três momentos: em primeiro lugar, mostramos que essas instituições passam por uma crise de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade, cujo ápice reside na atual disseminação de uma imagem desgastada, alicerçada em argumentos de que elas são caras aos cofres públicos, subversivas e pouco úteis. Em seguida, trazemos percepções sobre a retomada de seu protagonismo social durante a pandemia, já que a sociedade espera delas explicações, resultados e orientações. Por fim, mostramos a necessidade de que a comunicação efetivada pelas universidades públicas não seja apenas factual, mas fruto de políticas públicas que a planejem, organizem e orientem.

PALAVRAS-CHAVE: universidades públicas; comunicação; comunicação pública; políticas de comunicação; pandemia.

1. Caras, confusas e ideológicas

Em ensaio datado de 2005, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos analisou a chamada crise universitária, constituída, segundo ele, por três crises diferentes e complementares: a da hegemonia, a da legitimidade e a da institucionalidade. A crise

¹ Trabalho apresentado na DT 8 - Estudos Interdisciplinares, GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Associada da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, curso de Comunicação Organizacional. Pós-doutora em Ciências da Informação (UnB), doutora em Sociologia (UnB), mestra e bacharela em Comunicação (USP).

³ Jornalista da Universidade de Brasília e mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: helen_rls@hotmail.com.

⁴ Jornalista da Universidade de Brasília, doutoranda e mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: giselepimentaoliveira@gmail.com.

hegemônica se daria pela complexidade de suas atribuições: formar as elites e promover a alta cultura e, simultaneamente, produzir conhecimentos instrumentais e qualificar a mão de obra técnica na contemporaneidade. A dificuldade de desempenhar com excelência os dois papéis fez com que ela fosse acusada de ineficaz ou incompetente, e o mercado buscou soluções alternativas, como o ensino privado e os cursos técnicos. Por crise de legitimidade, compreende-se aquela que ocorre quando a universidade deixa de ser a única organizadora oficial do conhecimento, já que entram em cena e ganham importância outros saberes. Na crise de institucionalidade, misturam-se problemas de gestão, a dificuldade de efetivar a autonomia universitária e a crescente cobrança para que essa instituição aja com responsabilidade social e seja protagonista nos projetos de emancipação política e transformação social.

O autor português, diante do então cenário brasileiro neoliberal e social-democrata, via de forma crítica a explosão do ensino privado, um ensino que não formava os seus próprios quadros e tinha por horizonte, principalmente, o lucro. Uma das críticas de Santos à solução neoliberal para essa crise é que ela estabelece a abertura ao mercado como única resposta. Para o sociólogo, no entanto, há uma série de alternativas sem se submeter a essa rendição: a criação de políticas de acesso à universidade, o cultivo de um ambiente universitário plural e democrático, com uma verdadeira “ecologia de saberes”, tanto na produção científica quanto na gestão, uma extensão que dialogue com a sociedade e o estabelecimento de pactos entre a universidade e outros atores sociais.

Nos dois mandatos do presidente Lula, entre 2003 e 2010, foram acoplados investimentos robustos no segmento de ensino superior. Em resposta ao desprestígio que as universidades públicas vivenciaram na era Fernando Henrique Cardoso, Lula traçou uma política de expansão extensiva e intensiva, visando a diminuir as desigualdades regionais, melhorar a oferta dos cursos noturnos, reduzir a evasão e permitir o ingresso de estudantes das classes populares ao ensino superior, especialmente público, mas também privado, por meio da concessão de bolsas e de políticas de ação afirmativa. Segundo Carvalho (2014), o sucesso dessas políticas não conseguiu vencer a lógica de exclusão do modelo capitalista de educação no país, que sempre priorizou as classes abastadas, fundamentado em diferenças regionais, étnico-raciais e de classe social.

Nos governos seguintes de Dilma Rousseff, até o seu impeachment, em 2016, manteve-se essa lógica de valorização e de crescimento, somente ameaçada pela crise econômica que começava a se instaurar. Mas nas gestões seguintes, de Michel Temer e sobretudo de Jair Bolsonaro, o distanciamento entre universidade e sociedade, apontado por Santos (2005), se radicaliza. Dentre as políticas de austeridade fiscal articuladas desde então, talvez a mais significativa para a área da Educação⁵ tenha sido a Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016⁶, popularmente conhecida como a PEC do teto de gastos, que congelou os investimentos em áreas sociais por duas décadas, afetando os investimentos e o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Desmonte que se agrava no cenário atual de pandemia, paradoxalmente o momento em que o papel do Estado, e, conseqüentemente, das universidades, em prol dos direitos básicos da população, se revela ainda mais crucial.

Não bastasse o contexto político e econômico de medidas neoliberais de constante desvalorização do investimento público, em abril de 2019, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, acusou instituições de promoverem “balbúrdias” em seus campi e, para além dos contingenciamentos federais previstos, chegou a anunciar que o governo faria corte de recursos em universidades que não estivessem atingindo desempenho acadêmico esperado⁷. Meses depois, em julho, anunciou o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, o Future-se, que entre outras questões possibilita a participação de Organizações Sociais (OS) na gestão dessas instituições. A maioria das IFES se posicionou contra e não aderiu à iniciativa⁸ por entender que esta configura-se como uma tentativa de ferir a autonomia universitária tanto na gestão dos contratos quanto nas orientações curriculares e acadêmicas, além de transferir do Estado para a iniciativa privada a responsabilidade de investir recursos na educação pública de nível superior. Depois de apresentadas várias versões, a proposta

⁵ Para ilustrar a afirmação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação estima que a área perdeu R\$ 99,5 bilhões desde 2015. Desse valor, foram R\$ 32,6 bilhões a menos apenas em 2019. Fonte: <https://diplomatie.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>. Acesso em 10 de out. de 2020.

⁶ Convertida na Emenda Constitucional 95 e promulgada pelo Senado em dezembro de 2016.

⁷ As declarações do então ministro da Educação foram dadas ao jornal O Estado de S. Paulo, em entrevista publicada no dia 30 de abril. Acesso em 5 de out. de 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mir-a-unb-uff-e-ufba,70002809579>.

⁸ Cf. <http://www.andifes.org.br/veja-manifestacoes-universidades-federais-sobre-future-se/>

foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em maio de 2020, transformada em projeto de lei (PL 3076/2020) e sem tramitação na Câmara dos Deputados desde junho deste ano.

Paralelamente ao cenário de desmonte das políticas públicas voltadas ao ensino superior, recuperamos ainda, em nossos primeiros apontamentos, três linhas de argumentos dos críticos ao papel das universidades públicas:

- a) A de que são caras, e portanto, devem ter seus gastos reduzidos e sufocados. Os partidários do Estado mínimo e os defensores do pagamento de mensalidades das universidades públicas querem diminuir esse “custo”;
- b) A de que são confusas, isto é, prestam-se a atividades não condizentes com as práticas acadêmicas, como festas que deterioram o patrimônio público, uso de drogas, orgias etc., em verdadeiras balbúrdias;
- c) A de que são ideológicas, pois em vez de profissionalizar os estudantes, investem em conhecimento inútil com viés esquerdista. Para uma parcela da sociedade brasileira e até para gestores da educação, as universidades pouco tinham a dizer. Estavam superadas. Eram, em certa medida, inúteis. Mas eis que surgiu uma pandemia...

2. A hora da estrela

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou uma pandemia em decorrência da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19⁹. Diante disso, governos locais de diferentes estados brasileiros decretaram o fechamento de comércios, escolas e serviços não essenciais, entre outros. O Governo do Distrito Federal foi o primeiro a suspender as aulas presenciais nas redes pública e privada, a partir de 12 de março. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Amazonas seguiram as mesmas medidas logo em seguida. De um dia para o outro, a caótica rotina das grandes cidades brasileiras deu lugar ao vazio das ruas e às incertezas sobre propagação, contágio e tratamento relacionados ao novo coronavírus.

⁹ Cf.

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em 5 de out. de 2020.

Nas semanas que se seguiram, diariamente, dirigentes do Ministério da Saúde concediam coletiva de imprensa para atualizar números de casos e de mortos, fazer novas recomendações e explicar a situação ao país. A alguns quilômetros dali, em declarações em frente ao Palácio da Alvorada, ou em pronunciamentos em rede nacional de rádio e televisão, o presidente Jair Bolsonaro classificava a doença como uma “gripezinha”, condenava o fechamento dos estados e as medidas do próprio Ministério da Saúde, numa situação insustentável que levou à queda do então ministro da área, Luiz Henrique Mandetta, substituído pelo médico Nelson Teich, que também deixou o cargo antes mesmo de completar um mês à frente da pasta.

No Brasil, assim como na maior parte do mundo, desde o início da pandemia, veículos de comunicação nacionais e locais passaram a dedicar grande espaço ao tema de saúde pública – aqui aquecido não só pela gravidade da situação, mas também pela crise política instaurada no país. Nas tevês, tanto as de sinal aberto quanto as por assinatura, os programas jornalísticos e também os de entretenimento tinham o assunto como foco prioritário. Na tevê aberta, por exemplo, a Rede Globo lançou um programa exclusivamente sobre o assunto, o Combate ao coronavírus, transmitido de 17 março a 22 de maio.

Nesse cenário, a demanda por fontes de informação precisa e de credibilidade ganhou força, assim como a necessidade palpável da aplicação do conhecimento científico para entender o novo vírus, buscar medidas de tratamento e de prevenção para a doença, e para todas as implicações sociais e econômicas relacionadas ao tema. O sequenciamento do genoma viral, por exemplo, foi feito no Brasil em 48 horas após a confirmação do primeiro caso no país¹⁰. As pesquisas, testagens e monitoramento sobre as possíveis vacinas a serem aplicadas no Brasil também passam pelas universidades e por instituições de pesquisa neste momento¹¹.

¹⁰ Mais sobre o tema em:

<https://agencia.fapesp.br/sequenciamento-identifica-genomas-diferentes-nos-dois-casos-brasileiros-de-coronavirus/32655/>. Acesso em 5 de out. de 2020.

¹¹ Exemplos de instituições que estão realizando testagem de vacinas: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade de Brasília (UnB). Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/brasileiros-participarao-de-testes-de-vacina-contra-coronavirus-da-universidade-de-oxford.shtml>. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/universidade-de-brasilia-e-hub-iniciam-teste-de-vacina-contra-covid-19>.

Levantamento realizado por Darin (2020) aponta ao menos 15 sites informativos sobre a Covid-19 instituídos por universidades em diferentes regiões do país. O artigo apresenta, ainda, projetos destinados a tornar informações mais acessíveis e plataformas para o monitoramento da pandemia criados por universidades em diferentes localidades.

O relatório preliminar de atividades sobre o coronavírus da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília¹² nos ajuda a dimensionar a demanda por informação e a produção de conteúdo por parte dessas instituições neste período. O documento mostra que, entre os meses de março e setembro de 2020, o portal da UnB publicou 244 matérias e 52 artigos de opinião sobre o tema. Nas redes sociais oficiais da Universidade (Twitter, Facebook e Instagram), foram realizadas 853 postagens relacionadas ao assunto. A Assessoria de Imprensa recebeu, neste período, 5.258 solicitações de entrevistas e/ou esclarecimentos por parte de veículos de comunicação. Apenas em agosto foram 1.290 demandas de imprensa. Números muito acima dos registrados em relatórios de atendimento à imprensa anteriores à pandemia, nos quais a média mensal girava em torno de 400 a 500 demandas.

Os dados apresentados acima sugerem que a universidade protagonizou o debate público sobre o tema e os esforços para enfrentamento da pandemia, juntamente com demais órgãos de pesquisa. Interessa-nos para este artigo, especificamente, o papel da comunicação institucional das universidades públicas neste cenário. Uma instituição que, especialmente nos últimos anos, trava batalhas em busca do reconhecimento político e social da sua relevância e do resgate da legitimidade do seu trabalho de construção e promoção da pesquisa, do ensino e da extensão.

Na nossa avaliação, a crise global causada pela pandemia reposicionou, ao menos potencialmente, a imagem das universidades perante a sociedade ao recuperar seu protagonismo na produção e exposição do saber científico. Suscitaremos algumas reflexões focadas na segunda dimensão, ou seja, em como a comunicação e a divulgação científica abrem um caminho necessário para intensificar as relações (e sensações) de proximidade entre universidade e cidadãos, reafirmando assim o prestígio

¹² Relatório interno gentilmente cedido às autoras deste artigo pela coordenadora da Assessoria de Imprensa da UnB, Jéssica Louza.

intelectual, humano, social, cultural, tecnológico e inovador que a história dessas instituições carregam.

Defendemos, portanto, que é por meio da esfera comunicacional, inicialmente, que diferentes setores da sociedade podem vir a perceber o papel das instituições de ensino e de pesquisa, tanto pela busca por orientações e explicações sobre o tema quanto pela percepção social de que os resultados dos esforços acadêmicos e das soluções de ciência aplicada são materializáveis e iminentes. Entretanto, as áreas de comunicação dessas instituições estavam preparadas para isso? Existem políticas institucionais voltadas para a comunicação? Como os conceitos relacionados à comunicação pública podem contribuir para a consolidação desta área e para que a universidade possa falar e ouvir os seus públicos diretos e a sociedade?

3. Do instrumental ao estratégico: políticas de comunicação para universidades necessárias

Em livro publicado na década de 1970, Darcy Ribeiro, idealizador da Universidade de Brasília ao lado do educador Anísio Teixeira, discorre sobre a passagem da “Universidade atual” para a “Universidade necessária” (RIBEIRO, 1978). Ser autônoma, desenvolver, integrar e aplicar o saber científico, humanístico e tecnológico para superar os problemas nacionais, preparar e qualificar pessoas e funcionar como motor da transformação social são algumas das características da estruturação desse novo projeto que, aos olhos do antropólogo, precisa ser utópico para então ser real. Aqui, defendemos as políticas institucionais de comunicação pública como peça fundamental para a reconstrução e o resgate dessa simbologia de instituição necessária à sociedade.

Todavia, estudos recentes mostram que a comunicação nas universidades federais ainda carece de planejamento e de políticas. Alves (2015) mapeou a gestão da comunicação em 59 universidades federais, das 63 existentes à época de sua pesquisa. A análise de documentos de gestão dessas instituições indicou ausência de políticas de comunicação, bem como de planejamento, além de falta de pessoal e de infraestrutura. “As atividades de comunicação são realizadas sem planejamento, sem análise de

situações, internas e externas, que devem influenciar os direcionamentos dos processos de interação com a sociedade”, afirma Alves (2010, p.141).

Em pesquisa que buscou identificar as interações entre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a comunicação em universidades públicas, Santos (2018) estudou os processos relacionados aos setores responsáveis pela LAI e pela comunicação nas cinco instituições federais de ensino superior mais bem avaliadas pelo Ministério da Educação. A autora aponta ausência de políticas de comunicação em documento formal; ênfase da comunicação voltada, majoritariamente, para questões ligadas à alta administração e comunicação compreendida pelo viés instrumental/operacional.

Sob outra perspectiva, ao buscar compreender de que maneira a divulgação científica¹³ é incorporada pelas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, Araújo (2017) endossa os diagnósticos já apresentados sobre o lugar que a comunicação ocupa atualmente nas IFES. Com foco nas análises dos discursos de pesquisadores vinculados a universidades federais de Minas Gerais, o estudo aponta que essa dimensão comunicacional da ciência ainda não foi incorporada efetivamente no dia a dia das instituições. Entre os desafios, uma divulgação científica que não é incentivada em nível institucional, materializada muitas vezes por meio de esforços individuais; a falta de aporte de editais de fomento de ciência e tecnologia para ações de comunicação; a vinculação da divulgação científica ao pilar da extensão na comparação com o ensino e a pesquisa; e o pouco reconhecimento da importância da popularização da ciência pelo viés das estratégias divulgativas. “O que identificamos é que muito se fala em divulgação científica e, frequentemente, há referências nos sites e materiais de divulgação dos órgãos de fomento, mas ela ainda é usada como mero recurso retórico”. (ARAÚJO, 2017, p. 195).

A comunicação desenvolvida em uma universidade pública é, sobretudo, complexa, visto que deve contemplar as demandas comunicacionais de uma grande organização, a perspectiva administrativa, para tornar fluente e menos burocrático o fluxo de informações da gestão superior e dos colegiados às bases e vice-versa, e a

¹³ Ressaltamos que a divulgação científica é apenas uma das ações de um planejamento maior, o das políticas de comunicação, a ser desenvolvido nas universidades. O paralelo com a pesquisa de Araújo (2017) é relevante pois as conclusões apontadas pelo estudo, restrito à dimensão da divulgação do conhecimento, podem ser ampliadas como hipóteses para essas dinâmicas mais amplas e integradas de comunicação.

dimensão científica de divulgação dos conhecimentos produzidos em interlocução com a sociedade. As políticas de comunicação são necessárias para apontar diretrizes e valores da comunicação realizada, ao enfatizar o diálogo, o compartilhamento e a troca da comunidade universitária entre si, com o Estado e com a sociedade, em busca da construção de uma comunicação pública que, segundo Brandão (2016), tem como cerne o interesse coletivo.

Ao elencar quais valores e diretrizes vai priorizar, por meio de políticas de comunicação construídas de forma participativa, e ao planejar os objetivos, as metas e etapas de trabalho, estruturados em um plano de comunicação, a comunicação universitária se emancipa do viés instrumental. Essa comunicação deixa de apagar incêndios para pensar os seus focos, preveni-los e, caso aconteçam, analisá-los.

Nessa jornada, abre-se caminho, ainda, para a percepção da comunicação como indutora e integrante de uma política de acesso à informação, na qual a transparência e o seu exercício (transparência ativa e passiva) ultrapassem o caráter burocrático-cartorial de respostas a demandas ou publicação de dados, conforme alertam Geraldine e Sousa (2014) e, de fato, tornem-se comunicacionais. Dessa forma, abrindo espaço para uma interação possível e necessária entre comunicação, acesso à informação e transparência.

Para além da gestão de crises, como a sanitária que vivemos, e da elaboração de respostas às demandas sociais mais imediatas, é papel dessa comunicação estratégica pensar produtos, formatos, conteúdos e linguagens capazes de abarcar a diversidade e pluralidade das distintas áreas do conhecimento e alcançar, sobretudo, efetiva aproximação e engajamento entre a instituição e seus interlocutores - alunos, servidores técnicos, professores, trabalhadores terceirizados, veículos de mídia e comunidade. Uma comunicação criativa, que valorize o conhecimento científico e as chamadas pautas de serviço, voltadas à divulgação e ao esclarecimento de temas de utilidade pública, observando a diversidade e a segmentação de seus públicos.

Em outra frente de atuação, um planejamento de comunicação amplo e estruturado deve identificar setores com os quais a comunicação institucional das universidades pode atuar de forma integrada, propondo programas e projetos, como é o caso das possíveis parcerias com as faculdades de Comunicação das próprias instituições de ensino, *locus* do saber comunicacional científico e profissional. Por

exemplo, levantamento do Observatório da Comunicação Pública¹⁴ listou mais de duas dezenas de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão voltadas à divulgação científica de combate à desinformação na pandemia, como agências de checagem de notícias falsas, elaboração de materiais informativos, produção de conteúdos em áudio, realização de entrevistas e produção de análises comunicacionais. Transformar esses exemplos de ações acadêmicas ou setoriais em políticas institucionais de comunicação pública, numa perspectiva colaborativa, é desafio para as equipes oficialmente responsáveis pela comunicação nas universidades. Articulação também necessária de forma interinstitucional, propondo redes de atuação conjunta com equipes de outras IFES e pensando ações transversais e políticas unificadas de comunicação.

No entanto, na contramão dessas recomendações, os resultados traçados por Santos (2018) apontam para a ausência dessas políticas e desse plano, deixando a comunicação universitária à mercê das visões de mundo, dos objetivos e valores de determinada gestão. Os resultados, em geral, são muito negativos. Ao tentar preservar a imagem da universidade, tal comunicação sem rumo apenas executa ações pontuais, que não se articulam e consomem tempo das equipes, em geral enxutas.

No caso específico da pandemia da Covid 19, o primeiro grande impacto causado foi as mudanças das rotinas de aulas e eventos realizados nas/pelas universidades. Fez-se necessário, então, realizar diversos atos de comunicação administrativa, como portarias e resoluções, acompanhados de processos de comunicação organizacional, em que se estimulou a contribuição colegiada de departamentos, faculdades, institutos e conselhos, para responder, dentre outras, às seguintes questões: como cuidar da saúde física e mental da comunidade universitária em um período de tantas mudanças e riscos? Como e quando retomar as atividades universitárias de pesquisa, ensino e extensão? Como reorganizar o trabalho e o ensino remoto, em uma comunidade tão diversa quanto à formação, idade, acesso às tecnologias e políticas de banda larga? Ao mesmo tempo, a sociedade exigia diferentes respostas da universidade em relação aos processos seletivos de ingresso ao mestrado e doutorado, atendimento nos hospitais universitários, prazos de validação de diplomas

¹⁴ Cf.

<http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/1789/universidades-publicas-desenvolvem-iniciativas-de-comunicacao-para-ajudar-no-combate-a-pandemia>

etc. Por fim, houve uma busca intensa dos meios de comunicação para sanar dúvidas quanto à prevenção e formas de transmissão do vírus, tratamento, sequelas e acesso às vacinas.

Sem uma política de comunicação legitimada pela comunidade, a equipe de comunicação muitas vezes não sabe a quem ouvir, como proceder, como organizar os fluxos e acaba refém das demandas da administração superior. O problema se aprofunda quando, não raramente, os gestores que estão à frente das instâncias de maior hierarquia institucional possuem uma visão instrumentalizada e política da comunicação, interferindo nas tomadas de decisão técnicas da área comunicacional e chegando à situação limite de usar os canais institucionais ou as ferramentas de comunicação para atender interesses próprios, beneficiar grupos específicos ou pautar temas e assuntos que lhes convém. Situação que tende a se agravar com a interferência cada vez mais direta do governo federal na autonomia universitária, nomeando reitores¹⁵, e até interventores, que não foram escolhidos pela maioria dos votos nas consultas à comunidade acadêmica.

Com um plano de comunicação bem dimensionado, que parte de um diagnóstico aprofundado dos limites e possibilidades da comunicação desenvolvida naquela organização, é possível promover um trabalho integrado de todas as mídias, do cartaz à rede social, e de todos os processos para atingir os objetivos previamente estipulados.

4. Considerações Finais

A origem das universidades data do século XII, em Bolonha, Itália, com expansão por todos os continentes. A ideia de um espaço acolhedor a conhecimentos universais, de todas as áreas, legitimado pelos pares e cada vez mais emancipado dos

¹⁵ Até a finalização da redação deste artigo, o exemplo mais recente foi a nomeação a reitor de Carlos André Bulhões Mendes, terceiro colocado da consulta à comunidade acadêmica e também da lista tríplice encaminhada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a escolha de Jair Bolsonaro. Pela lei, o presidente pode indicar qualquer um desta lista, no entanto, em respeito à autonomia universitária, é tradição nomear o primeiro colocado. Reportagem do Portal de Notícias Uol revela que dentre as 14 nomeações feitas neste ano pelo chefe máximo do Executivo Federal a escolha pelo primeiro colocado se deu em oito universidades, ou seja, a opção pelo candidato menos votados ocorreu em 43% dos casos. Fonte:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/plinio-fraga/2019/12/26/bolsonaro-contrariou-lista-triplice-para-reitor-em-43-das-nomeacoes.htm>. Acesso em: 11 de out. de 2020.

dogmas religiosos mostrou-se muito fecunda, inclusive pela promessa implícita da ciência e da tecnologia de favorecer o desenvolvimento econômico e social dos povos.

No Brasil, as universidades públicas são criadas tardiamente, e recebem, em um primeiro momento, os filhos das famílias abastadas. Nas duas últimas décadas, porém, além de um aumento expressivo no número de estudantes, há um choque de diversidade e de pluralidade, com diversos grupos antes excluídos dessas instituições reivindicando sua presença e seu lugar de fala.

Houve reações intensas a esse crescimento da universidade, encampadas por vários segmentos sociais e pelo próprio governo brasileiro, desde 2017. A pandemia de Covid-19, porém, tornou a revelar a universidade como espaço de criação, de transformação, de descoberta e de enfrentamento de problemas e riscos. A questão mais desafiadora é: como a universidade pública, sendo tão complexa e em meio a tantas demandas e expectativas, pode se comunicar interna e externamente, por meio de produtos e processos dialógicos e democráticos? Quais os procedimentos para construir essa comunicação?

Unir esforços a favor de uma comunicação pública estratégica e integrada, não instrumental, pode também ser uma saída para mitigar os futuros impactos das políticas neoliberais em andamento, que têm como metas mais recentes o corte de investimentos estatais e o sucateamento do serviço público, incluindo a desvalorização das instituições públicas e o enxugamento do seu corpo de funcionários, como anuncia a Reforma Administrativa¹⁶. Dar visibilidade e continuidade a projetos de sucesso por meio da chancela da comunicação pública oficialmente institucionalizada é uma forma não só de otimizar recursos e ampliar o alcance das ações, como também de prestar contas aos cidadãos da missão social das universidades públicas de produzir e aplicar conhecimento científico, tecnológico e humano.

¹⁶ Em setembro de 2020, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020) que prevê mudanças na organização da administração pública direta e indireta, a princípio para todos os Poderes, de todas as esferas. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, o texto enviado pelo Executivo altera 27 trechos da Carta Magna e insere outros 87 pontos, principalmente, sobre contratação, remuneração e desligamento de pessoal. Entidades sindicais e representativas de classe argumentam que, dentre outras questões, a proposta reduz a presença do Estado e de suas estruturas na prestação dos serviços de natureza pública, facilita a participação indiscriminada da iniciativa privada no setor, favorece o aparelhamento político das instituições, amplia a precarização das relações de trabalho e prejudica a continuidade das políticas públicas e institucionais.



Referências

- ALVES, Cristiano Alvarenga. **Gestão da comunicação das Universidades Federais: mapeamento das ações e omissões**. 2015. 161 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.
- ARAÚJO, Carolina Pires. **Por uma divulgação da ciência: as políticas públicas e os discursos silenciados**. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v.1, n.58, p 209-244.
- DARIN, Ticianne. **O papel essencial da Universidade Pública no combate a Covid-19**. SBC Horizontes. ISSN: 2175-9235. Disponível em:
<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/08/o-papel-essencial-da-universidade-publica-no-combate-ao-covid-19>. Acesso em 5 de out. 2020.
- GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. **Encontro marcado: a LAI como política de comunicação nas Organizações públicas**. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação, 12, 2014. Disponível em:
<http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/11/vGT18-Geraldes-Sousa.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- OBCOMP. **Universidades públicas desenvolvem iniciativas de comunicação para ajudar no combate à pandemia**. Observatório da Comunicação Pública, 2020. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/1789/universidades-publicas-desenvolvem-iniciativas-de-comunicacao-para-ajudar-no-combate-a-pandemia>. Acesso em 11 de out. De 2020.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Editora Paz e Terra, 1978. Documento eletrônico. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/inov/producao/seminarios/democracia-e-universidade-na-america-latina-pr-ojetos-e-experiencias-emergentes/disciplina-na-pos-graduacao/a-universidade-necessaria/view>. Acesso em 10 de out. de 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2005.



SANTOS, Helen Rose Lopes dos. **Lei de Acesso à Informação e Comunicação em universidades federais: conexões, perspectivas e desafios.** 2018. 164 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.